



PROJETO DE EXTENSÃO “RECURSOS ALTERNATIVOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR”

Celma Regina Borghi Rodriguero (UEM)

Hilusca Alves Leite (UEM)

Ayla Cecile de Amorim Vilas Boas (UEM)

José Francisco de Oliveira (UEM)

crbrodriguero@uem.br

Resumo:

Recursos alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior é um projeto de extensão permanente, vinculado ao Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais (PROPÆ), que tem como objetivo, ações voltadas à produção e adaptação de recursos didáticos visando a acessibilidade didático-pedagógica de acadêmicos da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que apresentam Necessidades Educacionais Especiais/NEE. Como atividades realizadas, destacamos: digitalização de textos para leitura em tela; ampliação de fonte para acadêmicos com deficiência visual; gravação de leitura de textos para alunos com transtorno de déficit de atenção (TDAH), transtorno do espectro autista (TEA), dislexia, dentre outros. O projeto também oportuniza apoio e orientação no uso dos materiais produzidos e/ou adaptados. Como resultados, no ano letivo de 2023, foram atendidos direta ou indiretamente pelo PROPÆ, aproximadamente 90 alunos distribuídos em diferentes cursos de graduação e programas de pós-graduação, e para parte destes, o projeto possibilitou os referidos recursos.

Palavras-chave: Necessidades educacionais especiais, Acessibilidade, Adaptação de recursos.

1. Introdução



A atuação do bolsista no Projeto de Extensão “Recursos Alternativos para alunos com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Superior” vinculado ao Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio às Pessoas com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais/PROPÆ, soma-se à atuação de uma equipe que atua no sentido de criar condições não apenas para o ingresso, mas também a permanência e a finalização dos estudos, para alunos da graduação e da pós-graduação, com atividades voltadas à produção e adaptação de recursos didáticos, conforme as demandas particulares e específicas desse público.

Para tanto, partimos da proposição de que uma instituição de ensino superior, a exemplo de instituições de ensino em todos os níveis e modalidades, deve oportunizar caminhos para a superação de barreiras que impeçam ou dificultem o acesso dos diferentes estudantes da graduação e da pós-graduação ao conhecimento científico, assim como proporcionar melhores condições de permanência no espaço acadêmico, contribuindo dessa forma, para a terminalidade dos estudos dos mesmos.

2. Fundamentação teórica

Para o desenvolvimento das atividades do projeto buscamos os pressupostos de Lev S. Vigotsky (1896-1934) principal expoente da Teoria Histórico Cultural e, entre as suas premissas, a de que a mediação é condição indispensável para a aprendizagem e, conseqüentemente, a formação das funções psicológicas superiores. Para o teórico, pela linguagem - mediação simbólica entre os homens e a realidade, e pelos instrumentos técnicos - mediação direta entre os primeiros e o mundo, cada novo membro da espécie pode apropriar-se do conhecimento construído pela humanidade no decorrer da história (Vigotsky, 1998). Porém, conforme nos apresenta Leontiev (2003), ter acesso ou não aos elementos da cultura humana, depende das condições reais e objetivas que cada um dispõe em seu tempo histórico e contexto social.

Vale destacar que para Vigotski (2011), as leis gerais do desenvolvimento no que se refere aos processos de apropriação do conhecimento e desenvolvimento das funções psicológicas superiores, são as mesmas para todos os sujeitos. No entanto, quando se trata de uma pessoa em condição de deficiência, é preciso considerar as peculiaridades na sua



organização sociopsicológica, compreendendo que seu desenvolvimento e aprendizagem podem requerer caminhos alternativos e recursos diferenciados. E como destaca Góes (2002), frente à deficiência é preciso considerar e criar formas culturais específicas que permitam a apropriação do conhecimento, o que implica o uso de recursos especiais.

Desse modo, o sujeito em condição de desenvolvimento diferenciado, como no caso de uma deficiência ou NEE, necessita de mecanismos compensatórios, que visem a superação social da condição orgânica. A compensação, por sua vez, dependerá também das condições concretas, ofertadas pelo grupo social, que podem ser adequadas e levar à superação da condição orgânica ou podem ser insuficientes. Nestes termos, a compensação objetiva-se na criação de formas alternativas que conduzam ao desenvolvimento, constituindo, vias colaterais de apropriação, a exemplo do emprego de meios sensoriais não comprometidos e recursos materiais, curriculares e metodológicos adaptados (Vigotski, 2011).

Considerando uma perspectiva que compreende o desenvolvimento humano dependente das condições culturais concretas do sujeito, a mediação oportunizada a acadêmicos com deficiência e NEE passa, necessariamente, pela disponibilização de técnicas, estratégias e recursos pedagógicos especiais, adaptados às necessidades de cada estudante e às suas condições de aprendizagem.

3. Sobre o projeto

O projeto de extensão *Recursos alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior* (UEM, 2016) está lotado no Departamento de Teoria e Prática da Educação/DTP e, em 2022 foi transformado em projeto permanente. As atividades são desenvolvidas no espaço físico do PROPÆ (UEM, 1994), programa responsável por ações no sentido de viabilizar a permanência e a terminalidade de estudos aos acadêmicos da UEM, que apresentam NEE permanentes ou temporárias, referentes à coordenação motora, visão, audição, interação social e comunicação recíproca, dentre outras que demandem a adaptação de recursos e métodos e a criação de estratégias específicas. Tem como finalidade atuar na adequação de aparatos culturais e sensibilização da comunidade universitária, com o intuito de minimizar barreiras pedagógicas, físicas, culturais



e atitudinais. Está voltado ao desenvolvimento de ações relacionadas à acessibilidade e para isso, a equipe estuda, planeja e produz recursos didáticos, visando favorecer a aprendizagem.

No ano letivo de 2023, as atividades consistiram em: produção de material em fonte ampliada; textos digitalizados em formato acessível a acadêmicos com cegueira e baixa visão; acompanhamento de acadêmicos quando da realização de estudos e atividades avaliativas no espaço do PROPÆ; assim como, na remoção de barreiras físicas e atitudinais, promovendo desse modo, a ampliação do acesso e permanência desse público, além da intervenção em situações de deficiência e NEE.

Como resultado, além da produção e adaptação de recursos, o projeto tem atuado na remoção de barreiras físicas, digitais e atitudinais a partir da mediação e convivência com o diferente, e dessa forma aproximado comunidade interna e externa por meio da participação em palestras e rodas de conversa, dentre outros eventos. No último ano, foram atendidos direta ou indiretamente pelo PROPÆ, aproximadamente 90 alunos da graduação e 4 da pós-graduação, e para parte desses alunos o projeto possibilitou os recursos.

4. Considerações finais

A inclusão escolar no ensino superior configura-se como um processo necessário, embora bastante complexo, por meio do qual as instituições organizam-se para atender a pessoa com deficiência e NEE, com o intuito de oferecer meios para que a equidade se efetive, ao implementar políticas públicas de educação inclusiva, de modo a minimizar barreiras físicas e atitudinais.

A soma de ações para promover a permanência e a conclusão da formação acadêmica é o que entendemos como inclusão de fato. Nesta forma de pensar, o projeto *Recursos alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior* tem alcançado os objetivos para os quais foi proposto. Como exemplo, o projeto tem oportunizado a sensibilização de alunos da graduação e da pós-graduação para as necessidades especiais de aprendizagem de colegas em situação de deficiência e NEE da UEM.



Compreendemos que pensar a inclusão exige da sociedade uma revisão de conceitos cristalizados, construídos ao longo da história da humanidade, principalmente no que se refere a obstáculos criados e/ou acentuados pela própria organização da sociedade, favorecendo a conscientização, e requerendo as adequações necessárias para oportunizar condições de participação social aos cidadãos, indistintamente. Para além das atividades já citadas, a prática social do projeto proporciona aos envolvidos, o contato direto com a diferença, oportunizando a criação e manutenção de vínculos e o desenvolvimento de empatia.

5. Referências

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, n. 127.

GÓES, M. C. R. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (Org.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002, p. 95-114.

LEONTIEV, A. Os princípios do desenvolvimento mental e o problema do atraso mental. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A.; VYGOTSKY, L. S. et al. **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. São Paulo: Centauro, 2003, p. 59-76.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Departamento de Teoria e Prática da Educação. **Recursos alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior** (*Processo n. 4796/2016*). Maringá, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Gabinete da Reitoria. **Resolução n. 1533/1994-GRE**. Cria o Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio à Excepcionalidade - PROPAE, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. UEM: Maringá, 1994.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A.; VYGOTSKY, L.S. et al. **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e desenvolvimento**. São Paulo: Centauro, 2003, p. 1-18.

VYGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-670, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/a12v37n4.pdf>>. Acesso: 30 jun. 24.